

ARTIGOS LIVRES

# **DEMOCRACIA E FORMAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO**

*DEMOCRACY AND TRAINING IN  
POLITICAL SCIENCE: AN ANALYSIS OF  
PEDAGOGICAL COURSE PROJECTS*

Gustavo Louis Henrique Pinto \* 

Elisângela da Silva Santos \*\* 

Patrícia da Silva Santos \*\*\* 

\* Instituto Federal de Santa Catarina, Canoinhas, SC, Brasil.  
E-mail: gulhpinto@gmail.com

\*\* Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento  
de Sociologia e Antropologia, Marília, SP, Brasil.  
E-mail: licass20@gmail.com

\*\*\* Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais, Belém, SP, Brasil.  
E-mail: patricia215@gmail.com

## RESUMO

A crise da democracia e o avanço do autoritarismo são fenômenos em escala global que impactam tanto a produção de conhecimento em ciência política quanto as formas de disseminação e ensino-aprendizagem da área. Este artigo deseja identificar a presença do tema democracia no projeto pedagógico de curso (PPC) dos cursos de graduação em ciência política no Brasil. Primeiro, foram realizados apontamentos sobre o fenômeno da crise da democracia; em seguida, assinalamos a atualização dos cânones e os temas emergentes referentes à democracia na área da ciência política; e, por fim, identificamos o descritor democracia nos PPCs dos cursos de ciência política a partir da análise documental, de tipo descritivo, categorizando a incidência nos nomes das disciplinas, nas ementas e nas bibliografias. Foi constatado que o tema da democracia não é majoritário, apresentando baixa incidência em parte dos cursos, com ausências que podem comprometer o debate efetivo da democracia na área.

**Palavras-chave:** Democracia; Ciência Política; Graduação; PPC.

## ABSTRACT

*The crisis of democracy and the advance of authoritarianism are global scale phenomena that impact both the production of knowledge in political science and the forms of dissemination and teaching-learning in the area. This article aims to identify the presence of the theme of democracy in the pedagogical course project (PPC) of undergraduate courses in political science in Brazil. First, notes were made on the phenomenon of the crisis of democracy; then we highlighted the updating of the canons and the emerging themes relating to democracy in the area of political science; and, finally, we identified the descriptor democracy in the PPCs of political science courses through descriptive documentary analysis, categorizing the incidence in the names of the disciplines, in the syllabi and in the bibliographies. It was found that the topic of democracy is not majority, with a low incidence in some of the courses, with absences that could compromise the effective debate on democracy in the area.*

**Keywords:** Democracy; Political Science; Graduation; PPC.

## INTRODUÇÃO

As disputas ideológicas e de narrativas da vida social e da organização política, ao mesmo tempo em que são objetos do campo das ciências sociais, também são fundamentais nos processos de ensino-aprendizagem e de divulgação científica no interior da própria área. Os conteúdos disciplinares e a organização pedagógica da área franqueada, por sua natureza, ao fenômeno político, as ciências sociais e, principalmente, a ciência política, possuem vínculos com o tempo presente e os processos sociais de mudança e ressignificação do fenômeno político, das instituições e da participação política, impactam seus conteúdos, os componentes curriculares e os projetos de curso.

O capitalismo contemporâneo produz em escala global o avanço das tendências autoritárias diante das crises da ordem neoliberal, produzindo o que Streeck (2016) aponta como período de “incerteza e indeterminação”, com o desfazimento do tecido social, tensionando as instituições e descredenciando a democracia como parâmetro de organização da vida social. Desde a crise de 2008, a escalada do autoritarismo foi a consequência da lógica financeira, a “crise política do neoliberalismo” que pôs em xeque, em repetidos governos e experiências (Trump, Orbán, Bolsonaro etc.), a própria democracia. Segundo Ayers e Saad-Filho (2022), a institucionalidade democrática não estava em questão para os governos neoliberais, contradição que se acentua na última década.

À medida que o discurso democrático soava crescentemente vazio, os partidos e lideranças do mainstream foram se tornando obsoletos. A pá de cal autoritária foi um simples desdobramento da lógica financeira que, provocando situações econômicas desestabilizadoras e acúmulo de tensões sociais, gerou, de baixo para cima, uma onda questionadora da democracia. (SINGER, ARAÚJO e RUGITSKY, 2022, p. 15).

A desagregação da democracia no horizonte da política reflete sobre as teorias contemporâneas da política, do Estado capitalista, dos partidos, da cidadania, enfim, as dimensões institucionais e orgânicas da política. Essas transformações não podem estar aquém dos currículos da ciência política, pois além de modificarem a produção do conhecimento da área, incidindo sobre suas bases teóricas e metodológicas, impactam as diferentes trajetórias profissionais de seus egressos, seja ela acadêmica, no funcionalismo público, no mercado empresarial, nas organizações da sociedade civil, entre outros destinos.

Este artigo deseja identificar a presença de conteúdos, componentes curriculares e práticas de ensino-aprendizagem que tematizam a democracia nos cursos de graduação em ciência política a partir da análise dos projetos pedagógicos de curso (PPCs). O PPC é o instrumento orientador e de validação do curso, obrigatório no processo de autorização e avaliação, documento que, além de conter a regulação e organização do curso, expressa posicionamentos e disputas de métodos e técnicas, explícitas ou implícitas, inerentes ao campo científico, políticas ou de outra natureza, entre comunidades científicas distintas e redes de circulação do conhecimento científico.

No caso da ciência política, a institucionalização no Brasil ocorreu primeiro através da pós-graduação, segundo Marengo (2016), sendo o país marcado pela criação tardia de cursos de graduação. A baixa quantidade de cursos de ciência política no Brasil também é percebida quando comparado a outros países, como Argentina, Colômbia e México (BENTANCUR e MANCEBO, 2017). Fleischer (2016, p. 152) afirma que “[...] a UnB criou o primeiro Curso de Graduação Plena em Ciência Política no Brasil”, com início em 1989. Os primeiros cursos de pós-graduação em ciência política no Brasil, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), datam de 1969, 20 anos antes da primeira graduação na área.

O caminho percorrido neste trabalho foi, primeiro, realizar apontamentos sobre a crise da democracia e o avanço do autoritarismo a partir de uma breve revisão de literatura sobre o tema. A segunda parte discute a atualização dos cânones das ciências sociais e especificamente da ciência política em relação aos temas emergentes que impactam o fenômeno da democracia. A terceira parte realiza a identificação do tema da democracia nos PPCs dos cursos de graduação em ciência política. A amostra consolidada conta com nove PPCs submetidos à análise documental, de tipo descritivo, cujo objetivo foi a identificação e categorização do descritor democracia nos nomes das disciplinas, nas ementas e nos títulos e subtítulos das referências bibliográficas. O resultado obtido foi a constatação que o tema da democracia não está presente de forma expressiva em parte dos cursos de graduação em ciência política.

## **O AUTORITARISMO CONTEMPORÂNEO E SEUS MÚLTIPLOS NEXOS SOCIAIS**

Estamos prestes a completar uma década desde que o fantasma do radicalismo de direita voltou a rondar o mundo e suas instituições políticas. Embora o conserto atual da ascensão das forças autoritárias seja “desigual e combinado”, ele toma avassaladoras proporções planetárias que desafiam a capacidade de compreensão das ciências sociais. A partir de 2016, depois que o referendo do Brexit selou a retirada do Reino Unido da União Europeia e Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos, a confiança na estabilidade democrática no Norte global, que havia experimentado um período de relativo otimismo no pós-guerra (REGATIERI e SANTOS, 2022), foi profundamente abalada. No caso do Sul global, seria equivocado falarmos em pós-democracia, pois a própria noção de democracia liberal esteve constantemente ameaçada pelo autoritarismo, desigualdade e violência (BALLESTRIN, 2018). Porém, também nesse contexto observamos um processo de recrudescimento autoritário com traços específicos.

Muito já foi escrito sobre o fenômeno, mas ainda há muitos debates a serem feitos para que ele seja mais bem compreendido. Talvez a maior dificuldade para que essa compreensão se desdobre seja o fato de que o atual extremismo de direita envolve muitas camadas e, por isso, requer olhares transdisciplinares. Se as observações são feitas de um ponto de vista exclusivamente (neo)institucionalista, há barreiras importantes para o delineamento desse fenômeno. Um aspecto central é justamente

o fato de que o autoritarismo contemporâneo não se baseia na tomada violenta do poder e na subsequente instauração de ditaduras ostensivas, como ocorreu no período da Guerra Fria. Ao contrário, ele resulta de eleições e formas mais sutis, graduais e mesmo legais de subversão das instituições democráticas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

De acordo com Levitsky e Ziblatt, no autoritarismo mais recente as democracias não morrem prioritariamente por desarranjos em normas legais e institucionais, e sim tendo em vista o amplo recurso a regras informais, que fragilizam a tolerância mútua e não se atêm à reserva institucional. Grosso modo, isso significa que os novos líderes autoritários disseminam uma intolerância em relação aos adversários e promovem ações que podem até seguir a letra da lei, mas violam seu espírito. No caso do Brasil, por exemplo, tivemos muitos exemplos dessas estratégias quando observamos o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores desafiarem o Supremo Tribunal Federal, desacreditarem as urnas eletrônicas e promoverem discursos bélicos contra opositores políticos.

Além desse traço, outro elemento que tem sido amplamente debatido em relação ao radicalismo de direita atual são as intersecções nem sempre explícitas com o neoliberalismo e sua racionalidade subjacente. Uma das hipóteses aventadas para o advento do fenômeno remete à crise econômica de 2008 e ao rompimento com aquilo que já foi chamado de neoliberalismo progressista. Enquanto esse tipo de organização socioeconômica ainda associava “[...] ideais truncados de emancipação e formas letais de financeirização” (FRASER, 2017, p. 141), o neoliberalismo autoritário teria se desatrelado de qualquer esteio coletivo e se pautaria pela negação do social (BROWN, 2019).

Assim, a compreensão do autoritarismo contemporâneo requer uma reflexão acerca de suas raízes neoliberais, que ultrapassam o âmbito estritamente econômico. Para Wolfgang Streeck (2019), o neoliberalismo foi, desde seus primórdios, acompanhado de promessas de prosperidade impossíveis de serem cumpridas. Ao mesmo tempo em que esse regime se ancorou na perspectiva de que não havia alternativa, promovendo reformas e ajustes em função de uma “[...] economia global na qual mercados não estão mais inseridos em Estados, mas Estados em mercados”, ele também promoveu incessantemente discursos políticos enviesados para justificar suas medidas. Nesse sentido, para Streeck (2019), embora o sinal de alerta relativo à pós-verdade só tenha se acendido ao “internacionalismo neoliberal” no período pós-democrático marcado pela vitória de Trump e pelo Brexit, suas raízes remontam aos anos 1970.

Os debates também têm apontado a dificuldade para nomear os fenômenos contemporâneos de radicalismo de direita. Muitas vezes, na dificuldade de designá-lo de maneira abstrata e conceitual, recorre-se a neologismos oriundos de figuras concretas, como sugerem as palavras trumpismo ou bolsonarismo, com a ressalva de que esses movimentos são maiores que suas figuras de proa, como bem argumenta Isabela Kalil (2019) em relação a Jair Bolsonaro. No caso especificamente brasileiro, especialistas já falaram em neofascismo (BOITO JUNIOR, 2020; LÖWY, 2019), neoatraso (SCHWARZ, 2020) ou em novo totalitarismo (CHAUÍ, 2019). Essa dificuldade de nomeação deixa bastante explícita a necessidade de conhecimentos

históricos para a compreensão das (des)continuidades e especificidades da ascensão autoritária contemporânea.

Conforme Gabriel Cohn (2018), ao fascismo histórico foi inerente a ideia de um Estado forte, sem apoio do liberalismo – essa característica impediria a utilização do conceito de fascismo para a compreensão do bolsonarismo, por exemplo. Porém, o mesmo autor sustenta a vigência de um certo “fascismo latente” na sociedade brasileira, que agora tomaria formas políticas menos veladas (COHN, 2023). Essa articulação relativa especificamente à sociedade brasileira nos remete a um outro aspecto importante da ascensão autoritária atual, que se relaciona às já mencionadas distinções geográficas relativas ao fenômeno. Nas sociedades pós-coloniais, os elementos patriarcais, escravagistas e coloniais colorem o que tem sido chamado de “grande regressão” (GEISELBERGER, 2019), de gradações que não podem ser negligenciadas. É nesse sentido que, por exemplo, o “pânico identitário” se atualiza de formas distintas no Brasil e na Europa: enquanto o nacionalismo europeu volta-se sobretudo contra imigrantes provenientes de países do sul global, o brasileiro apoia-se em uma miríade de inimigos internos politicamente organizados, como integrantes dos movimentos LGBTQIAPN+, negro ou feminista.

Assim, os autoritarismos contemporâneos precisam, por um lado, ser apreendidos a partir de características que dependem de sua posição geopolítica e, por outro, eles estão articulados em escala planetária, especialmente por conta da forma neoliberal de organização sociopolítica do capitalismo contemporâneo (conforme já mencionado) e também de um outro aspecto central: as tecnologias de comunicação. Nesse âmbito é possível vislumbrarmos outro elemento não captável por uma análise estritamente institucionalista, mas de suma importância para a compreensão dos movimentos políticos de extrema direita.

Como as pesquisas vêm demonstrando, é necessária uma reflexão sobre a subjetividade contemporânea e seus entrelaçamentos com a técnica para a compreensão desse aspecto. No Brasil, é possível mencionar as análises de Letícia Cesarino. Para a autora, estaríamos passando por “processos de desintermediação” ou de enfraquecimento dos mediadores do sistema de peritos composto, por exemplo, pela mídia pré-digital, partidos, academia e ciência. Ao passo que também teriam surgido “processos emergentes de reintermediação” viabilizados, sobretudo, por novos mediadores de base algorítmica (CESARINO, 2022, p. 18). Em suas análises, a autora constata uma reorganização radical dos sistemas sociais e compreende o conspiracionismo, a pós-verdade e o negacionismo típicos dos movimentos autoritários atuais como parte de uma forte desestabilização do mundo. Nisso, padrões antiestruturais “[...] vão se difundindo pelo sistema, fazendo proliferar paradoxos e oscilações entre seus extremos” (CESARINO, 2022, p. 16).

Esse processo mais estrutural é perpassado também pelo grande apelo a discursos morais e pela guerra cultural típica de movimentos autoritários. Se os movimentos fascistas dos anos 1930 utilizaram amplamente os meios técnicos mais avançados para seus fins propagandísticos, também hoje é possível perceber uma adaptação da extrema direita contemporânea à técnica (COHN, 2018).

Como se percebe por essa breve apresentação, para a compreensão do cenário atual de ascensão dos movimentos de radicalismo de direita é necessária uma formação que sensibilize para elementos diversos. Estariam nossos cursos de ciência política preparados para lidar com esses fenômenos? Sugerimos a seguir que um primeiro ponto seria que os projetos pedagógicos desses cursos se voltassem a uma compreensão mais atinada às exigências atuais de democracia, que se abrem a movimentos sociais plurais.

## **ATUALIZAÇÃO, QUESTIONAMENTO DO CÂNONE E TEMAS EMERGENTES LIGADOS À DEMOCRACIA**

O projeto pedagógico de curso é um documento programático que sintetiza as principais diretrizes, fundamentos e orientações curriculares e organizacionais de um curso. É constituído de modo coletivo e representa a realidade contextual e cultural de uma dada instituição. Além disso, ele pode ser visto também como uma aposta em novos valores e conteúdos que emergem a partir das necessidades e urgências presentes na sociedade.

Os programas das disciplinas e a preparação das aulas são certificadas pelo PPC, uma vez que esse projeto define a legitimidade ou não dos conteúdos abordados em aula. Por isso, esse é um assunto sério demais, mas que muitas vezes possui *status* não prioritário em algumas áreas do conhecimento científico.

Considerando que os paradigmas de ensino, pesquisa e extensão devem atentar às alterações presentes na estrutura da sociedade, o que se observou nas últimas décadas foi uma mudança significativa que teve a ver com um incentivo ao ingresso mais democrático à universidade, afetando de modo intenso a produção do conhecimento, o que foi ocasionado por um processo cada vez maior de pluralização do público universitário. Nesse sentido, ao observarmos mais de perto como se organizam os cursos de graduação em ciência política, temos o intuito de indagar a área em seu interior, de modo a problematizar teorias e temas que muitas vezes esvaziam ou desconsideram questões concernentes a grupos que historicamente estiveram longe dos bancos universitários. Na contemporaneidade, tais grupos desafiam uma ordem hegemônica e demarcam importância política de afirmação de suas identidades e metodologias, originando a necessidade de repensar as hierarquias estabelecidas a partir de concepções globais, que pouco dialogam com a necessária representatividade democrática.

De acordo com Márcia Lima (2018), durante um curto período, o Brasil experimentou um conjunto de transformações importantes, algumas delas ligadas à mudança de caráter estrutural, e outras às formas de combate das desigualdades e aos preconceitos raciais. As cotas raciais nas universidades federais e no Programa Universidade para Todos (ProUni) mudaram o perfil dos estudantes universitários. A Lei nº 10.639/03, que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, e o reconhecimento do Superior Tribunal Federal da união homoafetiva são exemplos de mudanças recentes que modificaram a forma como o Estado brasileiro lida com as questões sociais e das minorias, e que foram recebidas de forma negativa por parte da população.

Lima (2018) ainda ressalta que o público universitário vem mudando gradativamente com as políticas de acesso ao ensino superior. Trata-se de jovens negros, trans, comunidades LGBTQIAPN+, públicos advindos das periferias urbanas e rurais do país. Esse movimento não se resume apenas à diversidade do corpo discente, mas também engloba agendas de pesquisa que estão sendo redefinidas e perpassam cada vez mais pela esfera da mobilização política e por pautas que problematizam temas ligados à sexualidade, raça e gênero. Como consequência, surge a necessidade de se pensar essas questões a partir de um descolamento epistêmico, abarcando a diversidade de ângulos e comprometimento político.

A invocação à inserção das histórias negras e indígenas conduziu a iniciativas amplas, que vão da construção dos espaços universitários (ROZA, 2022) até à inauguração de novos cursos de graduação que atrelam a academia e as comunidades tradicionais, como, por exemplo, as propostas e cursos de licenciaturas interculturais. Partindo desse contexto, uma importante ponderação que fazemos aqui se refere à área da ciência política, especificamente aos cursos superiores da área, no que se refere à emergência de temas que, a rigor, estiveram um pouco afastados das suas principais reflexões.

Como apontou Moraes (2003), no que se refere ao ensino de sociologia, o tema do ensino foi pouco explorado no contexto acadêmico, já que a discussão estaria em situação subalterna entre os cientistas sociais em geral, obedecendo a uma tendência de separação entre o ensino e a pesquisa. Ratificando essa ideia, Iliezi Silva (2010, p. 24) comenta:

Com isso, queremos ressaltar que há descontinuidade na produção pedagógica e na produção científica em torno dos fenômenos do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, causando maiores dificuldades de compreensão desses processos e nas definições de conteúdos e métodos adequados às práticas de ensino dessas ciências, especialmente da Sociologia.

O subcampo especializado na temática é muitas vezes restrito na área das ciências sociais em geral, o que dificulta o processo de atualizar debates, temas, problemas e propostas envolvendo o ensino na área, reflexões que são secundarizadas. Oliveira et al. (2020) apontam a posição relativamente periférica da área da educação nas ciências sociais, sendo que a sociologia é a que mais se aproxima do assunto. Em relação à ciência política e à antropologia, mesmo que a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) possua uma área temática em “Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais”, seus diálogos são sobretudo com a questão da formação de professores e de pesquisadores na área, não sendo seu foco as pesquisas em educação. Os autores analisaram o perfil dos pesquisadores de pós-graduação em ciência política que se dedicam à questão educacional, e a conclusão é que o tema da educação não ocupa um lugar central na agenda de pesquisa da área, o que não significa sua total ausência; no entanto, a educação é pesquisada principalmente por mulheres e por pesquisadores com formação interdisciplinar.

Considerando que o tema da educação é pouco evidenciado na ciência política, a pesquisa realizada por Oliveira et al. (2020) demonstra que a composição da área é

predominantemente masculina, e aqueles que se ocupam da educação são agentes que não gozam de uma posição dominante no universo acadêmico da área, pois não estão inseridos nas universidades centrais do país e não recebem financiamento por sua produtividade.

Tendo em vista a ascensão autoritária delineada no tópico anterior, nos últimos anos o tema “Escola sem Partido” vem integrando a agenda de investigações de pesquisadores da área da ciência política. Investigadoras do assunto, Santos e Biroli (2023) demonstram que o movimento encontrou oportunidades de difusão e de institucionalização no processo recente de crise da democracia no Brasil. Uma das características dessa crise é que apelos morais, tanto na política (em oposição à corrupção) como nas relações sociais cotidianas (em oposição às mudanças nas relações de gênero e nos padrões de vida familiar, afetiva e sexual), têm justificado a promoção do atropelo de garantias legais e a erosão de valores e instituições democráticas.

A questão da desigualdade na elite da ciência política brasileira foi atestada por Candido, Feres Júnior e Campos (2019). Os autores definem como elite intelectual docentes de pós-graduação das grandes áreas das ciências sociais (antropologia, ciência política e sociologia), uma vez que eles detêm, praticamente, o monopólio sobre os espaços de formação das novas gerações de profissionais, concentram os recursos de pesquisa, editam os principais periódicos que circulam o conhecimento especializado, coordenam os grupos de discussão em congressos e frequentemente são as referências consultadas pela imprensa sobre os temas de importância pública.

Os autores refletiram sobre as assimetrias de gênero, raça e região demográfica em uma posição elitizada da área: a docência dos programas de pós-graduação. Os resultados expostos por eles apontam que a área é composta por 67% de docentes homens. Em relação à raça, os números são ainda mais desiguais: apenas 12% são não brancos. Os brancos constituem maioria em quase todos os programas de pós-graduação, independentemente da localização das instituições, como resultado dessa desigualdade: “[...] é imprescindível atentar para as múltiplas consequências dessas desigualdades, desde a mais básica injustiça social até problemas epistêmicos, como a desvalorização dos estudos de gênero e raça do temário das subáreas de pesquisas na Ciência Política” (CANDIDO, FERES JÚNIOR e CAMPOS, 2019, p. 578).

Considerando a desvalorização dos estudos de gênero e de raça no temário de subáreas detectada pelos autores, Rodrigues, Monagreda e Porto (2017) ressaltam que a trajetória da ciência política em direção à sua institucionalização não se deu a partir de interesses temáticos originalmente nacionais, ou com a aplicação no caso brasileiro. Ao contrário, a confirmação da disciplina ocorreu mais próxima à literatura e às preocupações teóricas e normativas do contexto acadêmico norte-americano.

Nesse processo de autonomia e diferenciação em relação às outras áreas das ciências sociais brasileiras, a ciência política tem delimitado seu objeto em direção ao exame de temas como instituições e sistemas: a raça, a etnicidade e o racismo somente despontam como categorias quando são passíveis de serem vinculados a processos tradicionalmente entendidos como políticos, como a inovação legislativa, as ações afirmativas etc.

Sendo assim, a presença residual de raça como categoria de análise na Ciência Política parece ser explicada tanto do ponto de vista dos atores (pouco pesquisadores interessados no tema), quanto da própria interpretação da raça como fenômeno político e, logo, de interesse da disciplina, levando em considerações *framings* conjunturais. (RODRIGUES, MONAGREDA e PORTO, 2017, p. 3).

Os autores justificam a importância da temática racial lembrando que o próprio fenômeno da hierarquização da sociedade em linhas raciais é um fenômeno de poder, por isso, político por definição. No entanto, a pesquisa em ciência política sobre a temática racial se concentra nas linhas de relações internacionais, comportamento político e teoria política, o que, além de ser residual, mantém inexplorados alguns campos de investigação da área que seriam importantes para a compreensão dos processos de racialização dos sujeitos e suas consequências políticas.

Preenchendo esta lacuna, a análise sobre o fenômeno da ascensão de jovens feministas negras, com suas maneiras inovadoras de fazer política, e as estratégias de “ocupação da política” ganhou relativa visibilidade na última década (RODRIGUES e FREITAS, 2021). Essas maneiras de participação na política aparecem de diferentes maneiras, principalmente a partir de repertórios discursivos forjados nas redes sociais, e também por inovarem o universo da produção cultural e literária das periferias brasileiras, como a formação de grupos de rap, hip-hop, *slam* etc.

O que essas feministas negras têm questionado é a sub-representação de afrodescendentes na política institucional e reivindicado maior cooperação entre acadêmicos e ativistas. Rodrigues e Freitas (2021) consideram que há uma ausência de produção acadêmica sistemática com perspectiva interseccional que trabalhe simultaneamente raça e gênero a fim de evidenciar a atuação dessas mulheres, que desde os anos 1970 e 1980 forjam estratégias de atuação coletivas, para demonstrar seus interesses.

Com isso, os autores quiseram enfatizar, a partir do debate escasso na ciência política, uma discussão empírico-teórica que “[...] analisa os contextos políticos e históricos, nos quais se deram a emergência, a consolidação e a pluralização do ativismo feminista negro no país” (RODRIGUES e FREITAS, 2021, p. 1-2).

No que diz respeito às análises sobre gênero, Flávia Biroli (2016) pondera que a maior parte dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho está concentrada na área da sociologia, ao passo que na ciência política é praticamente ausente. O que a autora sustenta nesse artigo é que essa divisão tem impacto profundo nas democracias contemporâneas, uma vez que o equilíbrio entre trabalho remunerado e não remunerado e o acesso diferenciado a ocupações incidem nas hierarquias que definem possibilidades de presença e de exercício de influência no sistema político.

Por mais que as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas de construção do feminismo a elas relacionadas fazem com que as mulheres, por serem mulheres, tenham menores chances de ocupar posições na política institucional. A partir dessa

situação, elas têm menores chances de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente:

A cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes converge em obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e, numa frente menos discutida neste estudo, à autonomia decisória na vida doméstica e íntima. (BIROLI, 2016, p. 722).

Nesse sentido, ainda segundo a autora, a divisão sexual do trabalho possui caráter estruturante. Ela não é expressão das escolhas de mulheres e homens, mas constitui estruturas que reproduzem uma responsabilização desigual de umas e outros pelo trabalho doméstico, definindo condições favoráveis à sua reprodução. Portanto, não pode ser explicada no âmbito da individualidade das escolhas voluntárias dos indivíduos. E essa sub-representação das mulheres na política institucional expõe os limites da democracia. Os temas interseccionais que se aproximam de perspectivas emancipatórias e de reconstrução da política, são passos de transformação da democracia que não formarão parte do ensino-aprendizagem em ciência política se o próprio debate da democracia não se fizer presente e constante nesses cursos. A emancipação e a participação política em perspectiva interseccional impactam a teoria e a estruturação da democracia, porém, esse debate que ganha novo *status* na agenda das ciências sociais depende da presença da democracia nos currículos.

## A DEMOCRACIA NOS PPCS DE CIÊNCIA POLÍTICA

A análise documental dos PPCs dos cursos de graduação em ciência política é de tipo descritivo, realizada a partir da categorização temática sobre a democracia. A busca foi iniciada com a consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC)<sup>1</sup>, em que foram identificados os cursos que possuem obrigatoriamente “ciência política” em seu nome atual<sup>2</sup>, excluindo dessa busca aqueles cursos que estão na situação “em extinção” e “extinto”, assim como foram excluídos os cursos que possuíam “ciência política” em seu nome anterior, mas que não a mantiveram no nome atual. São 28 cursos de graduação “em atividade” no país, todos são bacharelados; 6 desses cursos, de instituições privadas (3 presenciais e 3 à distância), possuem autorização de funcionamento mas não realizam oferta atual para o curso de ciência política, conforme verificado nos sites oficiais dessas instituições, considerando cursos autorizados sem funcionamento e os autorizados mas que ainda não foram iniciados. Portanto, estão na situação “em atividade” e com oferta regular de vagas 22 cursos de bacharelado em ciência política no país. Desse total (22), 9 cursos são presenciais, sendo 6 em funcionamento em universidades

<sup>1</sup> Plataforma oficial do Ministério da Educação, de regulação do ensino superior brasileiro (BRASIL, 2017).

<sup>2</sup> “Nome atual” e “nome anterior” são campos estabelecidos pelo Cadastro e-MEC. Foram considerados também na pesquisa aqueles cursos que contêm em seu nome outras áreas adicionais/complementares à ciência política, com as seguintes entradas: “Ciências Sociais – Ciência Política”; “Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina”; e no plural, “Ciências Políticas”.

públicas<sup>3</sup> e 3 em instituições privadas<sup>4</sup>. Os cursos na modalidade à distância totalizam 13, todos de instituições privadas, sendo 7 cursos em instituições do grupo Cruzeiro do Sul Educacional, que possui também um dos cursos presenciais, e 4 em instituições do grupo Kroton, o que pode significar que um mesmo curso à distância com o mesmo projeto ou muito similar seja aplicado nas instituições pertencentes ao mesmo grupo.

A amostra aqui analisada considera os PPCs de 9 cursos, sendo 7 presenciais (6 públicas e 1 privada<sup>5</sup>) e 2 à distância<sup>6</sup>. Os PPCs foram obtidos ou através de consulta aos sítios eletrônicos das referidas universidades, ou através de solicitação enviada por correio eletrônico às instituições. A análise quantitativa foi realizada a partir do delineamento das seguintes variáveis: presença da abordagem do tema *democracia* a partir dos descritores “democracia”<sup>7</sup> (sim ou não) e quantidade de componentes curriculares, disciplinas e ementas que abordam o tema. Foram diferenciadas as naturezas do componente curricular (disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, bibliografia básica e bibliografia complementar). Esta pesquisa dispensa a submissão a qualquer Comitê de Ética em Pesquisa, através da Plataforma Brasil, por se tratar de informações públicas e disponibilizadas pelas instituições. Optou-se pela não identificação das universidades, utilizando a sigla “Pr” para instituições privadas e “Pu” para instituições públicas, e a ordem estabelecida nos gráficos (Pr1, Pr2, ... e Pu1, Pu2) decorre da ordem de valores e da variação correspondente ao Gráfico 1.

O Gráfico 1 apresenta as disciplinas obrigatórias e optativas<sup>8</sup> em que a democracia está presente no nome da disciplina. Dos 9 cursos analisados, 3 (33,3%) não possuem nenhuma disciplina obrigatória em que conste o descritor “democracia” (e suas variações) em seu título, sendo que em 1 destes cursos não há nenhuma disciplina obrigatória nem optativa que possua “democracia” (e suas variações) no nome da disciplina. A média de disciplinas obrigatórias<sup>9</sup> que possui essa evidência é de 0,78, e a mediana 1,0; a média de disciplinas obrigatórias e optativas<sup>10</sup>, observadas

<sup>3</sup> Universidade, cidade de realização do curso, ano de início do curso e ano do PPC: Universidade de Brasília, Brasília, 1989, PPC 2018; Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009, PPC 2018; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, PPC 2008; Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2009, PPC 2024; Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2010, PPC 2013; Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010, PPC 2014. Data de início de curso cf. Cadastro e-MEC (BRASIL, ©2024).

<sup>4</sup> Centro Universitário do Distrito Federal (Brasília, 2005); Universidade Católica de Pernambuco (Recife, 2019); e Faculdade Republicana (Brasília, 2019).

<sup>5</sup> Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília, 2005, PPC 2023.

<sup>6</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, Indaial, 2017, PPC 2023; Centro Universitário Internacional – Uninter, Curitiba, 2014, não foi identificado o ano do PPC.

<sup>7</sup> O descritor pesquisado foi a palavra “democr”, já que comporta diversas variações (democrático(s)/a(s), democrata(s), democratizar, democratização, redemocratização) e diferentes idiomas identificados nos PPCs (português, espanhol, inglês e francês).

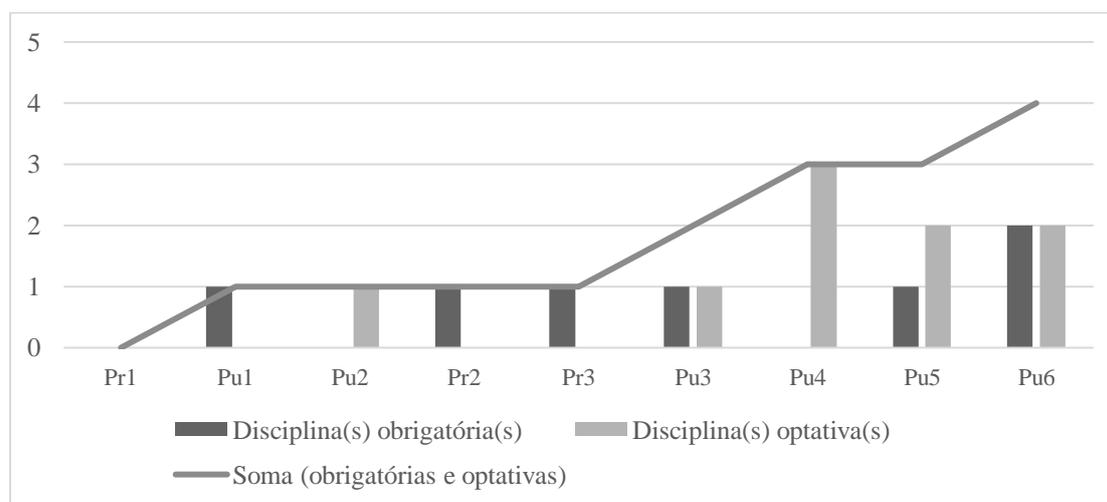
<sup>8</sup> As disciplinas aqui posicionadas como optativas possuem diferentes nomenclaturas nos PPCs, sendo consideradas as seguintes disciplinas neste item: além de disciplinas optativas, as disciplinas eletivas e os componentes curriculares complementares de graduação.

<sup>9</sup> As disciplinas obrigatórias identificadas foram: “Teoria da democracia” (em 3 cursos); “Estado, regimes políticos e democracia”; “Liberalismo, revolução e democracia na Europa e nos Estados Unidos”; “Movimentos sociais, sociedade civil e democracia”; “Teoria democrática I”; “Teoria democrática II”.

<sup>10</sup> As disciplinas optativas identificadas foram (em ordem decrescente): “Constitucionalismo, democracia e Estado de direito”; “Democracia e competição política”; “Democracia e participação”; “Judiciário e democracia”; “Teoria democrática III”; “Teoria democrática IV”;

conjuntamente, e que possuem essa evidência é de 1,78, e a mediana 1,0; se consideradas somente as universidades públicas, nas disciplinas obrigatórias e optativas conjuntamente, a média é de 2,33, e a mediana de 2,5. Esses dados a respeito da nomenclatura das disciplinas, quando tomados isoladamente, não possibilitam concluir se o tema da democracia tem centralidade ou não nesses cursos, mesmo que a média de disciplinas com essa evidência seja menor que 1, visto que o tema da democracia pode estar presente em disciplinas que não possuem necessariamente essa referência em seu título. Observamos também se há incidência do tema *democracia* nas ementas e nas referências bibliográficas.

**Gráfico 1** - Disciplinas (obrigatórias e optativas) com democracia (e suas derivações) no nome



Fonte: Os autores.

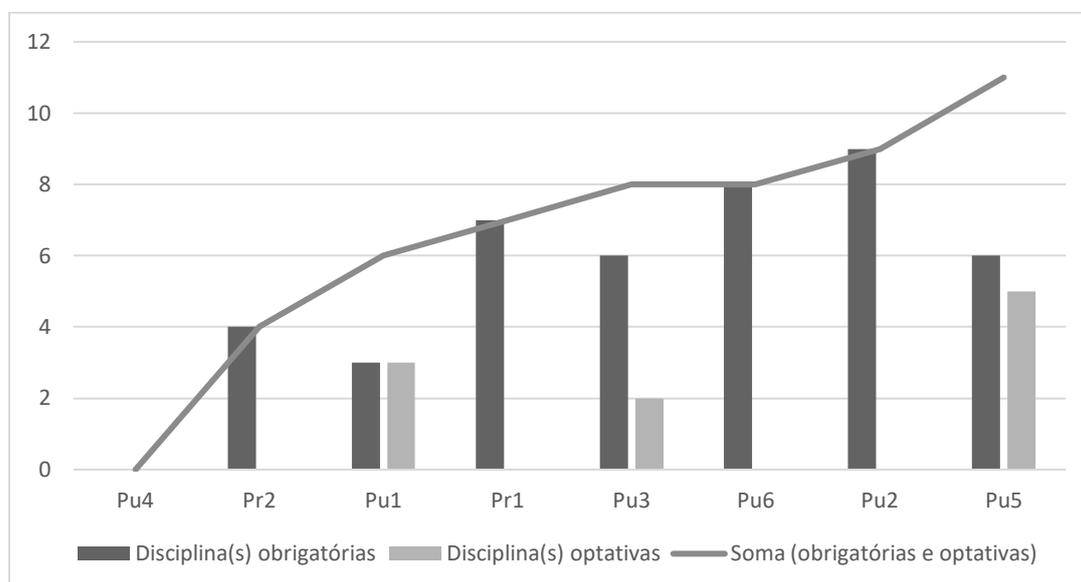
Nas ementas dos cursos<sup>11</sup>, o tema *democracia* é recorrente nas disciplinas obrigatórias em média de 5,38 (mediana 6,0), e em média de 6,63 das disciplinas (mediana 6,5) se consideradas as obrigatórias e optativas conjuntamente. Dos cursos em que foram identificados o descritor democracia nas ementas (7 cursos), 82,8% das ocorrências estão em disciplinas obrigatórias. Foi considerada a recorrência na ementa da disciplina e estabelecida como unidade a disciplina; portanto, nos casos em que havia mais de uma recorrência do descritor democracia (e suas variações) em uma mesma ementa, esse caso foi contabilizado valendo 1, não sendo consideradas as repetições em uma mesma ementa para além de 1. Chama a atenção o fato de haver curso que não traz em nenhuma ementa de disciplinas obrigatórias o tema da democracia; em outros três cursos, as menções em ementas de disciplinas obrigatórias variam entre 3 e 4 disciplinas. A mensuração que indicaria a baixa relevância, regular ou alta do

<sup>11</sup> “Teoria democrática contemporânea”; “Teorias democráticas e representação política”; (Em algumas situações, as optativas são identificadas como “Componentes Curriculares Complementares de Graduação”).

<sup>11</sup> Consideramos nesta análise as ementas identificadas em 8 PPCs, pois 1 dos 9 PPCs analisados não continha as ementas das disciplinas.

tema da democracia nas ementas a partir do cenário aqui construído é uma afirmação que depende de análise comparativa, que compreenda os PPCs de ciência política em sua integralidade e possibilite a categorização dos modelos e sistemas de organização curricular dos cursos da área, pesquisas ainda por serem realizadas. Somente com base em outras pesquisas comparativas dos cursos de ciência política e/ou ciências sociais seria possível mensurar a dimensão do tema da democracia em comparação com os outros conteúdos e temas que formam os cursos de ciência política. Do cenário do Gráfico 2, de início se constata a baixa recorrência do tema da democracia ao menos nas 3 primeiras instituições do gráfico, tendo um PPC nenhuma menção à democracia nas ementas.

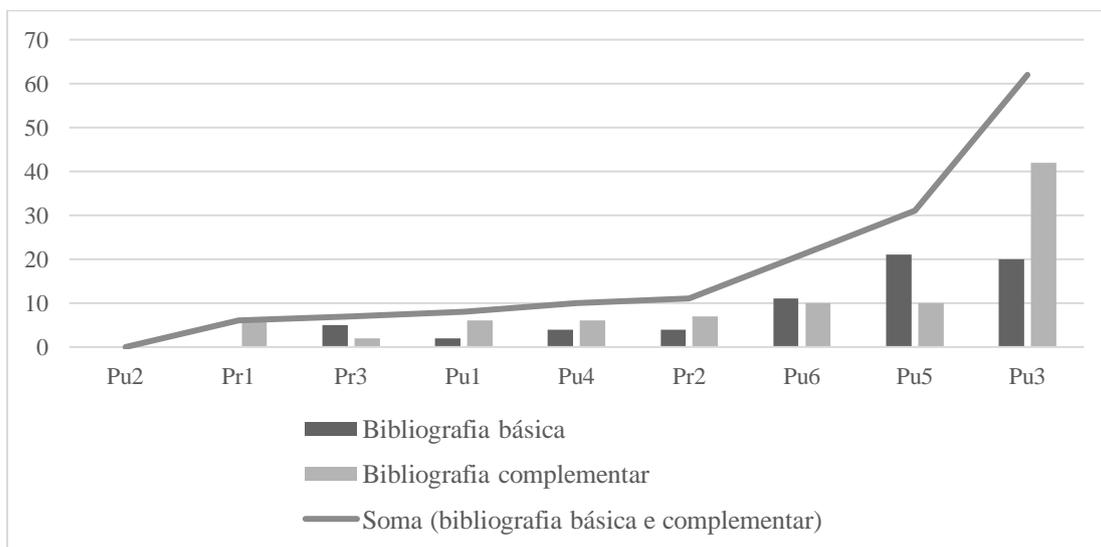
**Gráfico 2** - Ementas de disciplina(s) obrigatória(s) que contém democracia (e suas derivações) – cursos de graduação em ciência política



Fonte: Os autores.

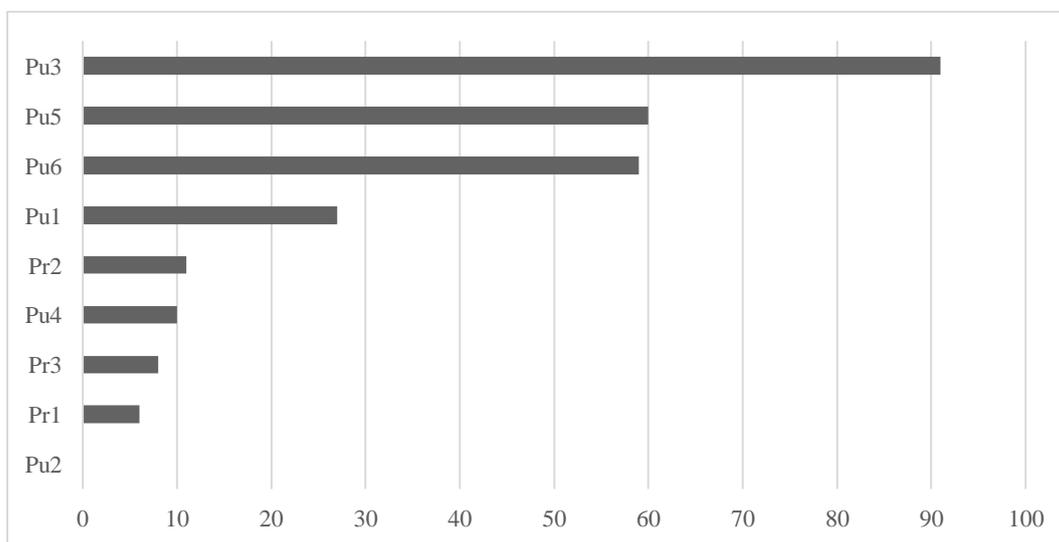
As referências das bibliografias básica e complementar das disciplinas obrigatórias que possuem no título dos trabalhos (livros, capítulos, artigos, teses, entre outros) a recorrência do descritor democracia (e suas derivações) aparecem em média de 17,3 e mediana de 10,0 nos PPCs, conforme o Gráfico 3. Se forem consideradas somente as bibliografias básicas, dois entre os cursos não apresentam nenhuma referência que possua menção à democracia em seu título; em seguida, aparece 1 curso com 2 recorrências, 2 cursos com 4 recorrências e 1 curso com 5 recorrências. Ao observar as recorrências nas disciplinas obrigatórias e optativas, conjuntamente, considerando as bibliografias básica e complementar, apresentadas no Gráfico 4, a média de recorrência é de 30,2, e a mediana de 11. Outro aspecto que pode ser relevante na análise do Gráfico 4 é que se constata que, mesmo considerando todas as bibliografias contidas nos PPCs de todas as disciplinas, ainda há um PPC que não apresenta nenhuma ocorrência do descritor democracia.

**Gráfico 3** - Referências bibliográficas (básica e complementar) de disciplinas obrigatórias em que democracia (e suas derivações) consta no título ou subtítulo – cursos de graduação em ciência política



Fonte: Os autores.

**Gráfico 4** - Referências bibliográficas (básica e complementar) de disciplinas obrigatórias e optativas em que democracia (e suas derivações) consta no título ou subtítulo – cursos de graduação em ciência política



Fonte: Os autores.

A observação sobre a recorrência do descritor democracia nos títulos das referências bibliográficas, do mesmo modo que as análises anteriores (das disciplinas e ementas), não pode ser tomada isoladamente a fim de apontar a baixa incidência ou não do tema da democracia. Importante considerar que, assim como na análise das

disciplinas, o fato de não conter democracia em um determinado título de referência bibliográfica não indica necessariamente que essa referência não abordou o tema da democracia. Para realizar essa afirmação, seria necessário pesquisa pelas palavras-chave e/ou descritores das referências bibliográficas. A análise de conjunto dos itens identificados indica que em 3 instituições há uma alta incidência do tema da democracia em disciplinas, ementas e bibliografias. Não é possível estabelecer um modelo ou uma regularidade que abarque os 9 PPCs analisados sobre o tema *democracia*, mas há o indicativo de que o tema da democracia não é majoritário nem necessariamente presente nos cursos de ciência política. Se consideradas as disciplinas e as ementas, observa-se que ao menos em 3 cursos há uma baixa incidência do tema da democracia quando comparados aos demais cursos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos debates acerca da crise democrática, há uma ideia subjacente a sugerir que colapsos autoritários ocorrem justamente porque a democracia não se realiza de modo efetivo. Isso aparece tanto em debates dos anos 50 e 60 realizados por Theodor Adorno (2020), que apontavam o radicalismo de direita como uma ferida da democracia incompleta, como em discussões contemporâneas (BROWN, 2019). Tendo em mente essa perspectiva, buscamos analisar como a temática da democracia aparece nos cursos de ciência política.

Nesse sentido, também nos atentamos a apontar temas que integram preocupações importantes para o debate da dimensão democrática após o acesso de uma parcela historicamente alijada do ensino superior brasileiro, cujo ingresso poderia impulsionar mais pesquisas e conteúdos disciplinares que incluíssem, dentre outras questões, gênero e raça, por exemplo. Analisando a presença dos temas emergentes, fundamentais para o debate sobre a democracia, constatamos que as disciplinas descritas nos PPCs que abordam o tema do gênero, representam a média de 0,67 e mediana 0, e se observada a presença desse tema nas ementas, a presença em média é também de 0,67 e mediana 0. Já em relação ao tema das relações étnico-raciais, ele aparece em média de 1,11 disciplinas e mediana 1,0, e em relação às ementas, ocupa os mesmos 1,11 de média e mediana de 1,0. Ainda há um longo caminho a ser percorrido na incorporação dos temas emergentes na ciência política, difusores das novas abordagens da democracia.

As pesquisas citadas mostram certo distanciamento da área da ciência política com relação ao debate envolvendo essas interseções; do mesmo modo, as ementas dos PPCs analisados também oferecem, em sua maioria, poucas opções formativas nesses assuntos. Situação que nos possibilita concluir que a reflexão alternativa aos modelos hegemônicos de ensino-aprendizagem ainda não recebe aportes suficientes para pensar propostas pedagógicas a partir de uma concepção política mais ampla e diversa.

Feita isoladamente, a análise geral da presença do tema *democracia* nos PPCs a partir da ocorrência em disciplinas, ementas e referências bibliográficas não informa muito, mas, quando ela é feita a partir do conjunto do PPC, diz muito sobre a formalização dos conteúdos nos respectivos cursos, panorama geral estabelecido pela

investigação realizada. Como as pesquisas sobre o ensino de ciência política no Brasil, em nível de graduação, ainda são praticamente ausentes, ainda não é possível comparar e dimensionar a extensão do debate sobre a democracia em relação aos outros temas. A contribuição inicial aqui proposta é de reconhecimento do valor substancial da democracia para a formação em ciência política como elemento incontornável para a teoria política contemporânea, na estruturação do campo da política e na sua prática profissional.

#### SOBRE OS AUTORES

**Gustavo Louis Henrique Pinto:** Professor de Sociologia do Instituto Federal de Santa Catarina.

**Elisângela da Silva Santos:** Professora de Sociologia da Universidade Estadual Paulista.

**Patrícia da Silva Santos:** Professora de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

#### REFERÊNCIAS

1. ADORNO, Theodor. *Aspectos do radicalismo de direita*. São Paulo: Unesp, 2020.
2. AYERS, Alison J.; SAAD-FILHO, Alfredo. O crepúsculo da democracia formal: contradições da acumulação e a crise política do neoliberalismo. In: SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Orgs.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 81-117.
3. BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em: 09 jul. 2024.
4. BENTANCUR, Nicolás; MANCEBO, María Ester. ¿Cómo se forma a los científicos políticos en Iberoamérica? Análisis de la oferta de titulaciones de grado en Ciencia Política en doce países. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 43, p. 161-185, 2017. doi: <https://doi.org/10.21308/recp.43.07>
5. BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados*, v. 59, n. 3, p. 719-754, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jun. 2024.
6. BOITO, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? *Crítica Marxista*, v. 50, p. 111-119, 2020. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie2020\\_05\\_26\\_14\\_12\\_19.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf). Acesso em: 09 jul. 2024.
7. BRASIL. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Cadastro e-MEC. Brasília: MEC, ©2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova/>. Acesso em: 21 dez. 2024.
8. BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017*. Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Brasília, 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2297/portaria-normativa-n-21>. Acesso em: 21 dez. 2024.
9. BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 21 dez. 2024.
10. BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Filosófica Política, 2019.

11. CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Desigualdades na elite da Ciência Política brasileira. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 3, p. 564–582, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bKKpMnKMWNpP73xcs6X4Mrz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jun. 2024.
12. CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso*. Verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.
13. CHAUI, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. *A Terra é Redonda*, 06 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 31 out. 2019.
14. COHN, Gabriel. O fascismo latente. In: COHN, Gabriel. *A difícil república*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2023. p. 115–128.
15. COHN, Gabriel. A nova cara do presidencialismo. *Le Monde Diplomatique*, 06 nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-nova-cara-do-presidencialismo>. Acesso em: 17 ago. 2020.
16. FLEISCHER, David. A ciência política em Brasília: uma visão histórica. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *A ciência política no Brasil: 1960–2015*. FGV, 2016. p. 142–161.
17. FRASER, Nancy. The end of progressive neoliberalism. *Dissent*, v. 64, n. 2, p. 130–140, 2017. Disponível em: <https://bresserpereira.centrodeconomiapolitica.org/terceiros/2017/fevereiro/17.02-End-of-Progressive-Neoliberalism.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.
18. GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
19. KALIL, Isabela. O bolsonarismo é maior que Bolsonaro: projeto punitivista admite o intolerável e ameaça democracia. *Sul 21*, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/07/o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro-projeto-punitivista-admite-o-intoleravel-e-ameaca-democracia/>. Acesso em: 17 ago. 2020.
20. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
21. LIMA, Márcia. A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 1, p. 95–102, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/145516>. Acesso em: 01 jul. 2024.
22. LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *A terra é redonda*, 24 de outubro, 2019. Disponível em: [aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro](https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro). Acessado em: 31 out. 2019.
23. MARENCO, André. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *A ciência política no Brasil: 1960–2015*. FGV, 2016. p. 163–187.
24. MORAES, Amaury César. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e relato. *Revista Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 5–20, 2003. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100001>
25. OLIVEIRA, Amurabi et al. A pesquisa e os pesquisadores em educação na ciência política brasileira. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 6, n. 1, p. 25–44, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/18509>. Acesso em: 20 jun. 2024.
26. REGATIERI, Ricardo Pagliuso; SANTOS, Patrícia da Silva. The nocturnal body of democracies. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 22, 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.14851>
27. RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVLSRPHzdDzVpBYMq/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jun. 2024.
28. RODRIGUES, Cristiano; MONAGREDA, Johanna; PORTO, Nathália. Estudos sobre raça, racismo e etnicidade na Ciência Política brasileira: uma análise do campo a partir de seu estado da arte. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41, 2017, Caxambu. *Anais do 41º Encontro da Anpocs*. Caxambu: Anpocs, 2017.
29. ROZA, Isis S. Intelectuais negras e negros partícipes de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: práticas e produções teóricas. *Estudos Históricos*, v. 35, n. 77, p. 478–494, 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420220308>

30. SANTOS, Rayani Mariano dos; BIROLI, Flávia. Escola sem partido e o processo de desdemocratização no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 120, p. 247-286, set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/87pNbFX4mB4k5vqVtJZp4rg/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jun. 2024.
31. SCHWARZ, Roberto. Neo-backwardness in Bolsonaro's Brazil. *New Left Review*, v. 123, p. 25-38, 2020. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii123/articles/roberto-schwarz-neo-backwardness-in-bolsonaro-s-brazil>. Acesso em: 09 jul. 2024.
32. SILVA, Ieizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury. *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC/SEB, 2010. (Coleção Explorando o Ensino). Vol. 15, p. 15-44.
33. SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando. Introdução: o Brasil na vanguarda do inferno global. In: SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Orgs.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 7-30.
34. STREECK, Wolfgang. O retorno dos reprimidos como início do fim do capitalismo neoliberal. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 253-274.
35. STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end? Essays on a failing system*. Londres: Verso, 2016.

Submissão em 15 de julho de 2024.

Aceito em 15 de agosto de 2024.

